



EDIÇÃO N° 1.163  
23 DE OUTUBRO DE 2020

**RESOLUÇÃO N° 031/2020 – CPJ  
DE 22 DE OUTUBRO DE 2020**

(Texto consolidado com as alterações da Resolução n° 017/2023 – CPJ e 006/2025 – CPJ e 007/2025 – CPJ)

Altera e consolida o Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça.

**O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE**, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Complementar nº 02, de 12 de novembro de 1990,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Fica alterado e consolidado o Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça, na forma anexa.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**SALA DAS SESSÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, Edifício “Governador Luiz Garcia”, em Aracaju, 22 de outubro de 2020, 199º da Independência e 132º da República.**

**Eduardo Barreto d'Avila Fontes  
Procurador-Geral de Justiça  
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça**

**PROCURADORES DE JUSTIÇA:**

---

***Moacyr Soares da Motta***

---

***José Carlos de Oliveira Filho***

---

***Maria Cristina da G. e S. Foz Mendonça***

---

***Rodomarques Nascimento***

---

***Luiz Valter Ribeiro Rosário***

---

***Josenias França do Nascimento***

---

***Ana Christina Souza Brandi***

---

***Celso Luís Dória Leó***

---

***Maria Conceição de Figueiredo Rolemburg***

---

***Carlos Augusto Alcântara Machado***

---

***Ernesto Anízio Azevedo Melo***

---

***Jorge Murilo Seixas de Santana***

---

***Paulo Lima de Santana***

## REGIMENTO INTERNO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

### LIVRO I DA ORGANIZAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

#### TÍTULO I DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

##### Capítulo I Da Organização do Colégio de Procuradores de Justiça

**Art. 1º.** O Colégio de Procuradores, órgão opinativo e deliberativo da Administração Superior do Ministério P?blico, é integrado pelos Procuradores de Justiça.

**Parágrafo único.** Para o exercício de suas atribuições, o Colégio de Procuradores de Justiça contará com a seguinte organização:

I – Presidente;

II – Secretário;

III – Membros;

IV – Comissões Permanentes;

V – Comissões Temporárias;

VI – Grupo Permanente das Procuradorias de Justiça Cíveis;  
Acrecentado pela Resolução nº 006/2025 – CPJ

VII – Grupo Permanente das Procuradorias de Justiça Criminais.  
Acrecentado pela Resolução nº 006/2025 – CPJ

##### Capítulo II Do Presidente

**Art. 2º.** O Colégio de Procuradores de Justiça será presidido pelo Procurador-Geral de Justiça.

**§ 1º.** Nos afastamentos e ausências o Procurador-Geral de Justiça será substituído pelo Subprocurador-Geral de Justiça.

**§ 2º.** Em caso de impedimento ou suspeição do Procurador-Geral de Justiça serão chamados, sucessivamente, ao exercício da Procuradoria-Geral de Justiça, o Corregedor-Geral do Ministério P?blico e o Procurador de Justiça mais antigo.

**§ 3º.** A reunião destinada à apreciação de proposta de destituição do Procurador-Geral de Justiça será presidida pelo Procurador de Justiça mais antigo no cargo, servindo de Secretário aquele que exercer as funções perante o Colégio de Procuradores de Justiça.

**§ 4º.** Vagando o cargo de Procurador-Geral de Justiça, assumirá interinamente o Corregedor-Geral do Ministério P?blico, que convocará, imediatamente, nova eleição para elaboração de lista tríplice, a realizar-se dentro de 15 (quinze) dias úteis, e o nomeado completará o período de seu antecessor, não se aplicando, neste caso, a exigência de desincompatibilização de que trata o § 2º, do art. 8º, da Lei Complementar nº 002/1990, do Estado de Sergipe.

### **Capítulo III Do Secretário**

**Art. 3º.** O Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça será um Procurador de Justiça eleito bienalmente pelos seus pares, na mesma data da eleição do Corregedor-Geral, para um mandato de 02 (dois) anos.

**§ 1º.** O membro do Colégio de Procuradores de Justiça que se seguir ao imediatamente eleito nessa votação, será o seu substituto, nas suas ausências e impedimentos, e assim sucessivamente, sucedendo-o, no caso de vaga.

**§ 2º.** Havendo empate entre os substitutos, a precedência será definida pelo critério de antiguidade na carreira do Ministério P?blico.

**§ 3º.** Ausentes o Secretário e os seus substitutos, o Presidente nomeará um Secretário *ad hoc*.

### **Capítulo IV Dos Membros**

**Art. 4º.** São membros do Colégio de Procuradores de Justiça, o Procurador-Geral de Justiça e os Procuradores de Justiça que estejam no exercício dos seus cargos.

**§1º** O Membro do Ministério P?blico convocado para a 2ª Instância, não integra o Colégio de Procuradores de Justiça.

**§2º** O lugar de cada membro será determinado segundo a ordem de antiguidade decrescente, a partir da direita da Presidência, com as seguintes exceções:

I – Corregedor-Geral, que tomará assento à direita do Procurador-Geral de Justiça;

II – Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, que tomará assento à esquerda do Presidente.

**Art. 5º.** Será obrigatório o comparecimento dos membros do Colégio de Procuradores de Justiça às suas reuniões.

**Parágrafo único.** Durante as férias e licenças será facultado ao membro do Colégio de Procuradores nele exercer suas atribuições, mediante prévia comunicação ao Presidente.

## **Capítulo V** **Das Comissões Permanentes**

**Art. 6º.** Serão Comissões Permanentes do Colégio de Procuradores de Justiça:

I – Comissão Permanente de Assuntos Institucionais;

II – Comissão Permanente de Assuntos Administrativos.

**Art. 7º.** Cada Comissão Permanente será composta de 03 (três) Procuradores de Justiça, eleitos pelo Colégio de Procuradores de Justiça, com mandato de 02 (dois) anos.

**§ 1º.** Presidirá cada Comissão Permanente o membro mais votado, substituindo-o, em seus impedimentos ou ausências, o que lhe seguir, imediatamente, na ordem de votação.

**§ 2º.** O Secretário de cada Comissão Permanente será escolhido pelo seu Presidente;

**§ 3º.** A ausência injustificada do membro da Comissão a mais de 03 (três) reuniões, ou a negligência no exercício de suas atribuições, acarretará a perda do mandato.

## **Capítulo VI** **Das Comissões Temporárias**

**Art. 8º.** O Colégio de Procuradores de Justiça poderá instituir Comissões Temporárias, para exame conclusivo de assuntos específicos não inseridos nas atribuições das Comissões Permanentes, no prazo que lhe for assinado.

**§ 1º.** Os membros do Colégio de Procuradores de Justiça poderão propor ao Órgão Colegiado a criação de Comissão Temporária.

**§ 2º.** As Comissões Temporárias serão presididas por um Procurador Justiça e poderão ser auxiliadas por Promotores de Justiça indicados pelo Colégio de Procuradores de Justiça.

**§ 3º.** As Comissões Temporárias extinguir-se-ão pela apresentação do seu parecer e conclusões, ou por deliberação do Colégio de Procuradores de Justiça, não podendo a duração de sua existência ultrapassar 12 (doze) meses, admitida a prorrogação por decisão da maioria absoluta do Colégio de Procuradores de Justiça.

**Capítulo VI – A**  
**Dos Grupos Permanentes das Procuradorias de Justiça Cíveis e Criminais**  
Acrecentado pela Resolução nº 006/2025 – CPJ

**Art. 8º-A.** Serão Grupos Permanentes do Colégio de Procuradores de Justiça:

- I – Grupo Permanente das Procuradorias de Justiça Cíveis;
- II – Grupo Permanente das Procuradorias de Justiça Criminais.

**§ 1º** O Grupo Permanente das Procuradorias de Justiça Cíveis será coordenado por um Procurador de Justiça, escolhido dentre os Procuradores de Justiça que atuam perante as 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> Câmaras Cíveis, e perante as Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, sendo secretariado por um servidor vinculado à Procuradoria de Justiça titularizada pelo seu coordenador.

**§ 2º** O Grupo Permanente de Procuradorias de Justiça Criminais será coordenado por um Procurador de Justiça, escolhido dentre os Procuradores de Justiça que atuam perante a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, sendo secretariado por um servidor vinculado à Procuradoria de Justiça titularizada pelo seu coordenador.

**Capítulo VII**  
**Da Seção de Secretaria e Expediente**

**Art. 9º.** O Colégio de Procuradores de Justiça contará com uma Seção de Secretaria e Expediente, cujos servidores serão especialmente designados pelo Procurador-Geral de Justiça.

**Parágrafo único.** A Seção de que cuida este artigo ficará sob a supervisão direta do Presidente e do Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça.

**Capítulo VIII**  
**Dos Arquivos do Colégio de Procuradores de Justiça**

**Art. 10.** O Colégio de Procuradores de Justiça terá os seguintes arquivos físicos ou eletrônicos:

I – o livro de presença, rubricados, em todas as suas folhas, pelo Presidente, com termos de abertura e encerramento por ele assinado, utilizado para assinatura dos Membros do Colégio de Procuradores de Justiça que comparecerem às reuniões, ou o registro eletrônico das presenças;

II – arquivos de atas das reuniões ordinárias;

III – arquivos de atas das reuniões extraordinárias;

IV – arquivos de Resoluções;

V – arquivos de Súmulas e Assentos;

VI – arquivos de áudio das reuniões ordinárias e extraordinárias.

**Parágrafo único.** As Comissões Permanentes terão os seguintes arquivos físicos ou eletrônicos:

I – arquivos de atas das reuniões ordinárias e extraordinárias;

II – arquivos de decisões e deliberações.

**Art. 11.** As atas das reuniões do Colégio de Procuradores de Justiça deverão ser lavradas de forma circunstanciada, delas devendo constar, inclusive, protestos e a transcrição das deliberações tomadas, salvo nas hipóteses legais de sigilo ou por deliberação da maioria de seus integrantes, sendo disponibilizada no Portal da Transparência no prazo disposto em Lei.

**§ 1º.** Os votos nominais serão obrigatoriamente registrados em ata, em caso de votação simbólica, mediante solicitação do interessado.

**§ 2º.** Todos os documentos da reunião, após visados pelo Presidente, serão arquivados pelo Secretário na Seção de Secretaria e Expediente.

## **TÍTULO II** **DAS ATRIBUIÇÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

### **Capítulo Único** **Das Atribuições**

**Art. 12.** Compete ao Colégio de Procuradores de Justiça:

I – eleger o Corregedor-Geral e o Ouvidor do Ministério P\xfablico;

II – aprovar, previamente, a indicação e a destituição do Coordenador-Geral do Ministério P\xfablico;

III – aprovar a proposta orçamentária anual do Ministério P\xfablico, elaborada pelo Procurador-Geral de Justiça;

IV – aprovar projetos de lei de criação de cargos e serviços auxiliares, bem como propor ao Procurador-Geral de Justiça a criação de cargos e de serviços auxiliares, modificações na Lei Orgânica e providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais;

V – propor à Assembleia Legislativa a destituição do Procurador-Geral de Justiça, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros e por iniciativa da maioria absoluta de seus integrantes, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa;

VI – rever, de ofício, o ato do Procurador-Geral de Justiça que, por razão de interesse público, tenha afastado membro do Ministério P?blico de procedimento em que oficiava ou devia oficiar;

VII – propor a instauração, por voto de 1/3 (um terço) de seus integrantes, de processo disciplinar, tendo como sujeito passivo Procurador de Justiça, bem como representar ao Corregedor-Geral do Ministério P?blico a instauração de procedimento administrativo disciplinar contra membro do Ministério P?blico;

VIII – destituir o Corregedor-Geral e o Ouvidor do Ministério P?blico, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão dos deveres do cargo, por representação do Procurador-Geral de Justiça ou da maioria de seus integrantes, assegurada ampla defesa;

IX – outorgar, por votação unânime, o Colar do Mérito “Tobias Barreto”.

X – sugerir a qualquer órgão ou autoridade da Administração P?blica, direta ou indireta, medidas a propósito de matéria ou questão de estrito interesse do Ministério P?blico;

XI – opinar, por solicitação do Procurador-Geral de Justiça ou de 1/4 (um quarto) de seus integrantes, sobre matéria relativa à autonomia do Ministério P?blico, bem como sobre outras de interesse institucional, e deliberar sobre propostas de modificação na Lei Orgânica do Ministério P?blico;

XII – elaborar o regulamento e as normas do concurso de ingresso na carreira do Ministério P?blico;

XIII – sugerir ao Procurador-Geral de Justiça normas para a disciplina dos serviços administrativos relacionados com a distribuição dos processos em segunda instância;

XIV – fixar diretrizes para distribuição equitativa e proporcional de processos da segunda instância;

XV – elaborar seu regimento Interno e apreciar os da Procuradoria-Geral de Justiça, da Corregedoria-Geral do Ministério P?blico e o da Escola Superior do Ministério P?blico;

XVI – sugerir a realização de correições extraordinárias;

XVII – aprovar a indicação de Procuradores de Justiça, para a realização de correições extraordinárias em Promotorias ou Curadorias, quando solicitado pela Corregedoria-Geral do Ministério P?blico;

XVIII – opinar sobre pedido de reversão ao serviço ativo de membro do Ministério P?blico aposentado;

XIX – conceder férias, licenças e afastamentos ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral do Ministério P?blico;

XX – autorizar o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral do Ministério P?blico a entrar em gozo de férias;

XXI – apreciar relatórios a respeito de correição ordinárias e extraordinárias;

XXII – eleger seu Secretário e os membros das Comissões Permanentes;

XXIII – compor Comissões Temporárias, designando os respectivos Presidentes;

XXIV – lavrar assentos, fixando em caráter normativo, entendimento sobre matéria de sua competência;

~~XXV – aprovar moção sobre matéria de interesse institucional;~~

XXV – aprovar moção sobre matéria de interesse institucional, admitindo-se voto de aplauso, regozijo, louvor, solidariedade, congratulações, pesar, repúdio, desagravo ou semelhante, quando diga respeito a ato público ou acontecimento de alta significação municipal, estadual, nacional ou internacional;

Redação dada pela Resolução nº 007/2025 – CPJ

XXVI – deliberar sobre proposta de exclusão de membro da Comissão Permanente;

XXVII – julgar recurso contra decisão:

a) de vitaliciamento ou não, de membro do Ministério P?blico;

b) condenatória, em processo administrativo disciplinar;

c) proferida em reclamação sobre quadro geral de antiguidade;

d) de disponibilidade e remoção de membro do Ministério P?blico, por motivo de interesse público;

e) de recusa, pelo Conselho Superior do Ministério P?blico, na promoção por antiguidade de membro do Ministério P?blico;

XXVIII – decidir sobre pedido de instauração de procedimento administrativo-disciplinar, ressalvado o disposto no inciso VII deste artigo;

XXIX – deliberar, por iniciativa de 1/4 (um quarto) de seus integrantes ou do Procurador-Geral de Justiça, que este ajuíze ação civil de decretação de perda de cargo de membro vitalício do Ministério Público;

XXX – rever, mediante requerimento da autoridade judiciária ou de legítimo interessado, decisão de arquivamento de procedimento de investigação criminal, de inquérito policial ou de peças de informação criminais proferida pelo Procurador-Geral de Justiça, nos casos de sua atribuição originária, homologando a promoção de arquivamento ou designando, desde logo, outro Procurador de Justiça para ajuizamento da ação;

XXXI – dar posse ao Procurador-Geral de Justiça bem como aos membros do Conselho Superior do Ministério P?blico, ao Corregedor-Geral do Ministério P?blico, ao Coordenador-Geral do Ministério P?blico, ao Ouvidor do Ministério P?blico e ao Subprocurador-Geral de Justiça;

XXXII – dar posse aos Promotores de Justiça;

XXXIII – comemorar datas significativas para a Instituição e prestar homenagem especiais;

XXXIV – prorrogar a validade de concurso público;

XXXV – julgar pedido de revisão de processo administrativo-disciplinar, nas hipóteses do artigo 171, da Lei Complementar nº 02/90;

XXXVI – desempenhar quaisquer outras atribuições que lhe forem conferidas em lei ou neste Regimento Interno e resolver os casos omissos.

## **LIVRO II DAS ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS INTERNOS DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

### **Título I Das Atribuições do Presidente, Secretário, Membros e Seção de Secretaria e Expediente**

#### **Capítulo I Das Atribuições do Presidente**

**Art. 13.** Ao Presidente compete:

I – convocar:

a) as reuniões extraordinárias;

b) a primeira reunião ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça, que se realizará logo após a reunião extraordinária solene de instalação de seus trabalhos;

c) as reuniões extraordinárias das Comissões Permanentes;

d) as reuniões das Comissões Temporárias, quando julgar necessário.

II – estabelecer a ordem do dia das reuniões do Colégio de Procuradores de Justiça.

III – encaminhar ao Secretário a pauta das reuniões e de sua ordem-do-dia, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, publicando-a no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, em igual prazo;

IV – presidir as reuniões do Colégio de Procuradores de Justiça, votando, como seu membro, e dando o voto de qualidade, quando houver empate na votação, salvo nos casos previstos em lei;

V – durante as reuniões do Colégio de Procuradores de Justiça:

a) verificar a existência de *quorum* e instalar a reunião;

b) designar Secretário *ad hoc*, quando for o caso;

c) assinar as atas, depois de aprovadas;

d) fazer comunicações;

e) registrar pedido de inclusão de matéria nova na ordem-do-dia;

f) abrir prazo para inscrição dos membros que desejarem discutir as matérias da ordem-do-dia;

g) conceder a palavra, controlando o tempo de seu uso;

h) ler no plenário as proposições que independem de parecer prévio das Comissões;

i) estabelecer a ordem de votação das matérias discutidas;

j) controlar o resultado das votações simbólicas;

l) proceder à leitura da chamada para a votação nominal;

m) decidir quanto à qualidade de eleitor;

n) encerrar as reuniões.

VI – sortear o relator dos recursos para o Colégio de Procuradores de Justiça;

VII – assinar os termos de abertura e de encerramento do livro de presença do Colégio de Procuradores de Justiça, rubricando suas páginas, ou mediante implementação do registro eletrônico das presenças;

VIII – receber, despachar e encaminhar correspondências, papéis e expedientes do Colégio de Procuradores de Justiça;

IX – representar o Colégio de Procuradores de Justiça;

X – tomar todas as providências necessárias ao bom desempenho das funções do Colégio de Procuradores de Justiça e à observância de seu Regimento Interno;

XI – desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas em lei ou neste Regimento Interno.

## **Capítulo II Das Atribuições do Secretário**

**Art. 14.** Ao Secretário competirá:

I – redigir as atas das reuniões do Colégio de Procuradores, bem como da eleição de seus membros, podendo lançar todos os registros eletronicamente;

II – publicar e arquivar os Atos, Resoluções e Súmulas do Colégio de Procuradores de Justiça;

III – encaminhar, imediatamente, cópia da ata aprovada ao Procurador-Geral de Justiça para publicação, no prazo de 02 (dois) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público e no Portal da Transparência do Ministério Público, ressalvados os casos de sigilo;

IV – convocar reuniões do Colégio de Procuradores de Justiça, nos casos previstos neste Regimento;

V – adotar as providências necessárias à execução das deliberações do Colégio de Procuradores de Justiça;

VI – comparecer ao sorteio de relator de recurso para o Colégio de Procuradores de Justiça, quando convocado pelo Presidente;

VII – superintender a Seção de Secretaria e Expediente;

VIII – encaminhar aos Presidentes das Comissões Permanentes as proposições dirigidas ao Colégio de Procuradores, após registrá-las no livro próprio;

IX – receber do Presidente a pauta das reuniões, distribuindo-a, preferencialmente por meio eletrônico, aos membros do Colégio de Procuradores de Justiça;

X – receber e arquivar documentos relativos à convocação das reuniões e de suplentes do Colégio de Procuradores de Justiça;

~~XI – controlar a assinatura no livro de presença, comunicando as ausências injustificadas há mais de 2 (duas) reuniões, no período de 90 (noventa) dias;~~

XI – proceder ao registro em ata das presenças, comunicando as ausências injustificadas a mais de 2 (duas) reuniões, no período de 90 (noventa) dias;

[Redação dada pela Resolução nº 007/2025 – CPJ](#)

XII – proceder à leitura das atas durante as reuniões do Colégio de Procuradores de Justiça;

XIII – assinar as atas das reuniões, depois de aprovadas, colhendo a assinatura do Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça, dos Presidentes das Comissões e dos membros do Colégio de Procuradores de Justiça que desejarem firmá-la;

XIV – proceder à leitura da ordem-do-dia das reuniões do Colégio de Procuradores de Justiça;

XV – registrar os votos nominais e, quando solicitado, os votos simbólicos;

XVI – expedir certidões deferidas pelo Colégio de Procuradores de Justiça;

XVII – encaminhar aos destinatários as moções de elogio, congratulações, pesar e outras comunicações oficiais votadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça;

XVIII – desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas em lei ou neste Regimento Interno.

### **Capítulo III Das Atribuições dos Membros**

**Art. 15.** Compete aos Membros:

~~I – comparecer, pontualmente, às reuniões do Colégio de Procuradores de Justiça, assinando o Livro de Presença;~~

I – comparecer, pontualmente, às reuniões do Colégio de Procuradores de Justiça, sendo a sua presença registrada em ata;

[Redação dada pela Resolução nº 007/2025 – CPJ](#)

II – votar as matérias de competência do Colégio Procuradores de Justiça;

III – assinar, querendo, as atas das reuniões, depois de aprovadas;

IV – comunicar ao Presidente, quando for o caso, que pretende exercer suas atribuições durante as férias ou licenças;

V – apresentar e discutir proposições que versem sobre matéria de competência do Colégio de Procuradores de Justiça;

VI – propor a exclusão de membro da Comissão Permanente, nos casos previstos neste Regimento Interno;

VII – exercer as atribuições para as quais for eleito pelo Colégio de Procuradores de Justiça;

VIII – fazer comunicações ao Colégio de Procuradores de Justiça;

IX – impugnar, quando for o caso, perante o Conselho Superior do Ministério P?blico, proposta de confirmação na carreira, contida no relatório do Corregedor-Geral do Ministério P?blico, dentro de 15 (quinze) dias do seu recebimento;

X – examinar livros e documentos pertencentes ao Colégio de Procuradores de Justiça, mediante solicitação por escrito, ao Secretário;

XI – solicitar, por intermédio do Presidente e por escrito, informações sobre quaisquer assuntos da competência da Procuradoria-Geral de Justiça, da Corregedoria Geral do Ministério P?blico, do Conselho Superior do Ministério P?blico, da Ouvidoria do Ministério P?blico e dos órgãos auxiliares do Ministério P?blico;

XII – desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas em lei ou neste Regimento Interno.

#### **Capítulo IV** **Das Atribuições da Seção de Secretaria e Expediente**

**Art. 16.** À Seção de Secretaria e Expediente competirá:

I – receber, registrar, distribuir, fornecer cópias e expedir processos e papéis, de acordo com a orientação do Secretário;

II – manter arquivo da correspondência recebida e expedida pelo Colégio de Procuradores de Justiça, bem como de outros documentos de seu interesse;

III – preparar os expedientes para o Presidente;

IV – executar serviço de digitação ou registro eletrônico das atas e resoluções para o Presidente e para o Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça;

V – Publicar, no Portal da Transparéncia do Ministério P?blico, por determinação do Secretário do Colégio de Procuradores, os seguintes documentos relativos ao Colégio de Procuradores de Justiça:

- a) Pautas das Sessões Ordinárias e Extraordinárias;
- b) Atas das Sessões Ordinárias e Extraordinárias;
- c) Áudios das Sessões;
- d) Atas das Reuniões das Comissões Permanentes e Temporárias;
- e) Resoluções;
- f) Súmulas de Entendimento;
- g) Outros documentos cuja publicação seja determinada pelo Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça.

VI – desempenhar outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Presidente e pelo Secretário.

## **TÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES DOS PRESIDENTES E MEMBROS DAS COMISSÕES**

### **TÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES DOS PRESIDENTES, MEMBROS DAS COMISSÕES E DOS GRUPOS PERMANENTES**

Redação dada pela Resolução nº 006/2025 – CPJ

#### **Capítulo I Das Atribuições dos Presidentes das Comissões Permanentes**

**Art. 17.** Compete aos Presidentes das Comissões Permanentes:

I – convocar:

a) a primeira reunião ordinária anual da Comissão Permanente, logo após sua composição pelo Colégio de Procuradores de Justiça;

b) as reuniões extraordinárias da Comissão Permanente.

II – receber e registrar as proposições que lhe forem entregues pelo Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça;

III – elaborar a ordem-do-dia das reuniões da Comissão Permanente;

IV – presidir as reuniões da Comissão Permanente;

V – durante as reuniões da Comissão Permanente:

- a) verificar a exist\xeancia de *quorum* e instalar a reuni\xe3o;
  - b) proceder \xe0 leitura das atas e da ordem-do-dia;
  - c) assinar as atas e colher as assinaturas dos demais membros da Comiss\xe3o Permanente, ap\xf3s aprovadas;
  - d) designar relatores, por distribui\xe7o equitativa das mat\xe9rias em exame perante a Comiss\xe3o Permanente;
  - e) votar, como membro da Comiss\xe3o Permanente e, em caso de empate, proferir voto de qualidade;
  - f) encerrar as reuni\xe3es, ap\xf3s submeter \xe0 discuss\xe3o e vota\xe7o as mat\xe9rias da ordem-do-dia;
  - g) redigir as atas das reuni\xe3es da Comiss\xe3o Permanente;
- VI – encaminhar ao Presidente do Col\xe9gio de Procuradores de Justi\xda o expediente examinado pela Comiss\xe3o Permanente, com todos os pareceres, conclusões e resultados da vota\xe7o;
- VII – assinar os termos de abertura e de encerramento do livro da Comiss\xe3o Permanente, rubricando suas p\u00e1ginas;
- VIII – representar a Comiss\xe3o Permanente do Col\xe9gio de Procuradores de Justi\xda;
- IX – proceder \xe0 leitura dos pareceres e conclusões da Comiss\xe3o Permanente no Col\xe9gio de Procuradores de Justi\xda, ou delegar a leitura ao relator da mat\xe9ria perante a comiss\xe3o;
- X – assinar as atas das reuni\xe3es do Col\xe9gio de Procuradores de Justi\xda em que for aprovado relatório ou feita a leitura dos pareceres e conclusões da Comiss\xe3o Permanente;
- XI – comunicar ao Col\xe9gio de Procuradores de Justi\xda a aus\xeancia injustificada dos membros da Comiss\xe3o Permanente h\xe1 mais de duas reuni\xe3es, ou a neglig\xeancia dos membros no exerc\xficio de suas fun\xe7oes, assegurado ao interessado, em qualquer caso, o direito ao contradit\xf3rio e ampla defesa;
- XII – desempenhar as demais atribui\xe7oes que concorrerem para o bom desenvolvimento das atividades da Comiss\xe3o Permanente.

## **Cap\xedtulo II** **Das Atribui\xe7oes dos Membros das** **Comiss\xe3es Permanentes**

**Art. 18.** Compete aos membros das Comiss\xe3es Permanentes:

- I – comparecer, pontualmente, às reuniões da Comissão Permanente;
- II – votar e assinar as atas das reuniões da Comissão Permanente;
- III – exercer as funções de relator, sempre que designado;
- IV – entregar, nos prazos, os pareceres e conclusões;
- V – comunicar ao Presidente da Comissão Permanente, quando for o caso, que pretende exercer suas funções na Comissão durante as férias ou licenças;
- VI – discutir e votar as matérias submetidas à deliberação da Comissão Permanente;
- VII – desempenhar as demais atribuições que concorrerem para o bom desenvolvimento das atividades da Comissão Permanente.

### **Capítulo III Das Atribuições dos Presidentes das Comissões Temporárias**

**Art. 19.** Compete aos Presidentes das Comissões Temporárias:

- I – presidir as reuniões da Comissão Temporária;
- II – designar as reuniões necessárias ao exame e discussão da matéria que a Comissão Temporária deva apreciar;
- III – designar membro da Comissão Temporária para secretariar seus trabalhos;
- IV – determinar as diligências necessárias, designando os membros da Comissão Temporária que as devem realizar ou acompanhar;
- V – velar para que a Comissão Temporária conclua seus trabalhos dentro do prazo assinalado pelo Colégio de Procuradores de Justiça;
- VI – dirigir e supervisionar a redação dos pareceres e conclusões da Comissão Temporária;
- VII – representar a Comissão Temporária perante o Colégio de Procuradores de Justiça;
- VIII – proceder à leitura do parecer e das conclusões da Comissão Temporária nas reuniões do Colégio de Procuradores de Justiça;
- IX – desempenhar as demais atribuições que concorrerem para o bom desenvolvimento das atividades da Comissão Temporária.

## Capítulo IV Das Atribuições dos Membros das Comissões Temporárias

**Art. 20.** Compete aos membros das Comissões Temporárias, além das atribuições previstas no artigo 18:

I – realizar ou acompanhar as diligências determinadas pelo Presidente;

II – secretariar os trabalhos da Comissão Temporária, sempre que designado.

## Capítulo V Das Atribuições dos Grupos Permanentes das Procuradorias de Justiça Cíveis e Criminais

Acrescentado pela Resolução nº 006/2025 – CPJ

**Art. 20-A** Os Grupos Permanentes de Procuradorias de Justiça Cíveis e Criminais reunir-se-ão para fixar orientação jurídica, sob a forma de súmula de entendimento, sem caráter vinculativo, encaminhando-as ao Procurador-Geral de Justiça.

**§ 1º.** Os Grupos Permanentes de Procuradorias de Justiça Cíveis e Criminais reunir-se-ão de forma ordinária trimestralmente e, extraordinariamente, sempre que o seu Coordenador julgar conveniente.

**§ 2º.** As súmulas de entendimento deverão ser aprovadas por unanimidade dos votos dos Membros dos Grupos Permanentes de Procuradorias de Justiça Cíveis ou Criminais.

**§ 3º** Os Grupos Permanentes das Procuradorias de Justiça Cíveis e Criminais poderão elaborar e votar seus regimentos internos.

## LIVRO III DAS COMISSÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

### TÍTULO I DAS COMISSÕES PERMANENTES

#### Capítulo I Das Reuniões Ordinárias das Comissões Permanentes

**Art. 21.** As Comissões Permanentes reunir-se-ão ordinariamente na primeira quarta-feira útil de cada mês, havendo pauta.

**Parágrafo único.** As reuniões ordinárias das Comissões Permanentes independem de convocação, salvo a primeira, que será designada pelo respectivo Presidente, logo após sua composição.

## **Capítulo II** **Das Reuniões Extraordinárias das** **Comissões Permanentes**

**Art. 22.** As Comissões Permanentes reunir-se-ão extraordinariamente por convocação:

- I – do Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça;
- II – de seu Presidente;
- III – de, pelo menos, dois de seus membros.

**§ 1º.** A convocação do Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça ou do Presidente da Comissão Permanente será feita pessoalmente ou eletronicamente através dos Sistemas do Ministério P\xfablico.

**§ 2º.** Ao receber a proposta de convocação formulada por membros da Comissão Permanente, seu Presidente procederá de acordo com o estabelecido no parágrafo anterior.

**§ 3º.** Cada membro da Comissão Permanente, ao ser convocado deverá receber ou ter ciência da ordem do dia da reunião extraordinária.

## **Capítulo III** **Do Procedimento nas Comissões Permanentes**

### **Seção I** **Da Competência Específica das Comissões Permanentes** **e das Providências Administrativas Prévias**

**Art. 23.** O Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça, ao receber proposições que versem sobre as competências constantes no artigo 12, incisos III, IV, X a XVIII, XXIV, XXV, XXVIII a XXX deste Regimento, despachará o expediente ao Secretário que, após fazer os registros necessários, fará seu encaminhamento ao Presidente de uma das Comissões Permanentes do Colegiado, de acordo com as seguintes normas:

I – ao Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Institucionais, proposições que versem sobre as competências do artigo 12, X a XV;

II – ao Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Administrativos, proposições que versem sobre as competências do artigo 12, XVI a XVIII, XXIV, XXVIII, XXIX e XXX.

**Parágrafo único.** As proposições que versem sobre matéria prevista no artigo 12, XXVI serão distribuídas a uma das Comissões Permanentes, de acordo com a sua natureza.

**Art. 24.** O Presidente da Comissão Permanente incluirá o expediente na ordem-do-dia da primeira reunião ordinária, para designação de relator.

## **Seção II** **Da Ordem dos Trabalhos durante as Reuniões** **das Comissões Permanentes**

**Art. 25.** Nas reuniões das Comissões Permanentes será obedecida a seguinte ordem dos trabalhos:

- I – abertura, conferência de *quorum* e instalação da reunião;
- II – leitura, votação e assinatura da ata da reunião anterior;
- III – leitura da ordem-do-dia;
- IV – discussão e votação das matérias constantes da ordem-do-dia;
- V – encerramento da reunião.

## **Seção III** **Da Abertura, Conferência de *Quorum* e** **Instalação da Reunião**

**Art. 26.** A abertura e conferência de *quorum* e instalação da reunião competirá ao Presidente da Comissão Permanente.

**§ 1º.** Para instalação da reunião será necessária a presença de 2 (dois) membros da Comissão Permanente;

**§ 2º.** Não havendo número suficiente de membros, aguardar-se-á 30 (trinta) minutos.

**§ 3º.** Findo o prazo definido no § 2º deste artigo e não havendo *quorum*, lavrar-se-á ata circunstanciada da ocorrência, ficando prejudicada e dependendo de nova convocação, quando se tratar de reunião extraordinária;

**§ 4º.** Ausente o Presidente da Comissão, aguardar-se-á 30 (trinta) minutos.

**§ 5º.** Não comparecendo o Presidente no prazo definido no parágrafo anterior e havendo *quorum*, presidirá a reunião o seu substituto (art. 7º, § 1º).

## **Seção IV** **Da Leitura, Votação e Assinatura da** **Ata da Reunião Anterior**

**Art. 27.** A leitura da ata da reunião anterior será feita pelo Secretário da Comissão Permanente.

**§ 1º.** Todos os incidentes relativos à ata da reunião anterior serão discutidos e votados antes do prosseguimento da reunião.

**§ 2º.** O membro da Comissão Permanente que não estiver de acordo com os termos da ata proporá a sua retificação ao Presidente da Comissão.

**§ 3º.** Aprovada a retificação levantada contra a ata, lavrar-se-á termo de retificação logo em seguida àquela, na própria reunião.

**§ 4º.** Aprovada, com ou sem retificação, a ata será assinada por todos os membros da Comissão Permanente que houverem comparecido à reunião.

## **Seção V Da Leitura da Ordem-do-dia**

**Art. 28.** A ordem-do-dia da reunião, que será lida pelo Presidente da Comissão Permanente, conterá todas as matérias objeto de deliberação, na seguinte ordem:

I – designação do relator;

II – pareceres e conclusões dos relatores.

## **Seção VI Da Discussão e Votação das Matérias da Ordem-do-dia**

### **Subseção I Da Designação de Relator**

**Art. 29.** Para cada expediente encaminhado à Comissão Permanente será designado um relator, de acordo com um rodízio, que se iniciará pelo mais novo da classe de Procurador de Justiça.

**Art. 29.** Para cada expediente encaminhado à Comissão Permanente será designado um relator, de acordo com um rodízio que se iniciará, anualmente, pelo mais novo da classe de Procurador de Justiça.

[Redação dada pela Resolução nº 007/2025 – CPJ](#)

**Parágrafo único.** Em casos especiais, poderá ser adotado outro critério de designação, por deliberação da Comissão Permanente.

**§1º** Em casos especiais, poderá ser adotado outro critério de designação, por deliberação da Comissão Permanente.

[Renumerado pela Resolução nº 007/2025 – CPJ](#)

**§2º** Nas férias ou afastamentos por mais de 10 (dez) dias, fica vedada a distribuição de expediente ao Membro da Comissão Permanente afastado, devendo ser realizada a compensação na distribuição de procedimentos, quando do seu retorno.

[Acrecentado pela Resolução nº 007/2025 – CPJ](#)

## Subseção II

### Da Discussão e Votação dos Pareceres e Conclusões

**Art. 30.** Os pareceres e conclusões serão discutidos e votados pela ordem de antiguidade dos relatores.

**§ 1º.** O relator designado deverá apresentar seu parecer e conclusões na reunião ordinária seguinte à da sua designação, prazo que será prorrogado apenas uma vez, para a reunião seguinte, salvo motivo de força maior.

**§ 2º.** O parecer deverá conter relatório e minuciosa fundamentação jurídica, apontando sempre a legislação de regência.

**§ 3º.** As conclusões do relator serão claras, concisas e expostas, articuladamente. Tratando-se de elaboração de normas, o relator apresentará o seu anteprojeto.

**Art. 31.** Após a leitura do parecer e das conclusões, o Presidente da Comissão Permanente declarará aberta a discussão, podendo os seus membros usar a palavra por 10 (dez) minutos, improrrogáveis.

**Art. 32.** Encerrada a discussão, o Presidente da Comissão receberá de seus membros propostas, por escrito, de conclusões diversas das apresentadas pelo relator.

**Art. 33.** Em seguida, o Presidente da Comissão Permanente submeterá o parecer e as conclusões do relator, bem como as conclusões que delas divergirem, à votação.

**§ 1º.** A votação será nominal, obedecida a ordem decrescente de antiguidade na classe de Procurador de Justiça.

**§ 2º.** O Presidente da Comissão Permanente terá voto de qualidade.

**Art. 34.** Antes de iniciar a votação, qualquer membro da Comissão Permanente poderá pedir vista do expediente e, nesse caso, apresentará seu parecer e conclusões por escrito, na reunião seguinte, improrrogavelmente.

**Parágrafo único.** Se houver mais de um pedido de vista, o Presidente da Comissão Permanente providenciará cópias xerográficas do expediente para cada membro da Comissão que fez a solicitação.

**Art. 35.** Em caso de aprovação de conclusões propostas durante a reunião, seu autor será designado para redigir o respectivo parecer, que será entregue na reunião seguinte para simples leitura.

**Art. 36.** O expediente, acompanhado de todos os pareceres, conclusões e resultado da votação, será encaminhado ao Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça.

## Seção VII Do Encerramento da Reunião

**Art. 37.** Encerrada a votação das matérias constantes da ordem-do-dia, o Presidente da Comissão Permanente declarará encerrada a reunião.

## TÍTULO II DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### Capítulo I Das Reuniões das Comissões Temporárias

**Art. 38.** O Presidente da Comissão Temporária designará as reuniões necessárias ao exame e discussão da matéria que a Comissão Temporária deva apreciar, dando ciência pessoal eletrônica aos demais membros.

### Capítulo II Dos Pareceres e Conclusões das Comissões Temporárias

**Art. 39.** O parecer da Comissão Temporária deverá conter minucioso relatório de todas as diligências e providências efetuadas e apresentar suas conclusões, articuladamente.

**§ 1º.** O parecer e conclusões serão subscritos por todos os integrantes da Comissão Temporária, facultando-se a quem divergir da maioria, apresentá-los em separado.

**§ 2º.** Ao final do prazo concedido à Comissão Temporária, seu Presidente encaminhará o expediente ao Procurador-Geral de Justiça.

## LIVRO IV DAS REUNIÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA E DO SEU PROCEDIMENTO

### TÍTULO I DAS REUNIÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

#### Capítulo I Das Espécies de Reuniões

**Art. 40.** As reuniões do Colégio de Procuradores **de Justiça** serão:

I – ordinárias;

II – extraordinárias, admitindo estas as seguintes modalidades:

a) comuns;

b) especiais;

c) solenes.

**§ 1º.** As reuniões instalar-se-ão com a presença da maioria absoluta dos membros do Colégio de Procuradores de Justiça, salvo as extraordinárias solenes, que se instalarão com qualquer número.

**§ 2º.** As deliberações do Colégio de Procuradores de Justiça serão tomadas por maioria simples.

**§ 3º.** Exigir-se-á, porém:

I – o voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, na deliberação para:

a) propor à Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe a destituição do mandato do Procurador-Geral de Justiça;

b) destituir do seu mandato o Corregedor-Geral e o Ouvidor do Ministério P?blico;

II – o voto da maioria absoluta de seus membros:

a) a alteração deste Regimento Interno, bem como aprovação de regra normativa decorrente de sua interpretação;

b) a concessão de licença ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral do Ministério P?blico;

c) decisão pelo provimento de recursos interpostos contra decisões condenatórias disciplinares proferidas pelo Corregedor-Geral ou pelo Procurador-Geral de Justiça, colhendo-se, na primeira sessão desimpedida, os votos de todos os membros do Colegiado, ainda que ausentes à sessão de julgamento;

d) a aprovação do nome do Coordenador Geral do Ministério P?blico, indicado pelo Procurador-Geral de Justiça, adotando-se o mesmo *quorum* para a sua destituição;

e) decisão pelo provimento de revisão de processo administrativo disciplinar;

f) a deliberação sobre a não publicidade das decisões do Colégio de Procuradores de Justiça;

g) a expedição de súmulas e assentos;

h) a aprovação de matéria constante de projeto de resolução anteriormente rejeitado nos últimos 06 (seis) meses;

i) para a iniciativa do processo de destituição do mandato do Procurador-Geral de Justiça.

III – o voto de 1/3 (um terço) de seus membros, na deliberação para propor a instauração de processo disciplinar para apurar conduta de Procurador de Justiça.

## Capítulo II Das Reuniões Ordinárias

**Art. 41.** As reuniões ordinárias realizar-se-ão semanalmente, às quintas-feiras, independentemente de convocação.

**Parágrafo único.** As reuniões ordinárias terão início às 10:00 horas, com exceção da primeira, que se seguirá à reunião solene de instalação dos trabalhos do Colégio de Procuradores de Justiça, logo após a renovação do mandato de seus membros eleitos;

## Capítulo III Do Procedimento nas Reuniões Ordinárias

### Seção I Das Providências Administrativas Prévias

**Art. 42.** O Presidente encaminhará ao Secretário a pauta da reunião contendo a ordem-do-dia e respectivos expedientes, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas.

**Art. 43.** A Seção de Secretaria e Expediente entregará, independentemente de solicitação do interessado, aos membros do Colégio de Procuradores de Justiça cópia da ata da sessão anterior, dos projetos de resolução, dos pareceres, das conclusões e de quaisquer outros documentos que serão objeto de deliberação.

### Seção II Da Ordem dos Trabalhos durante as Reuniões

**Art. 44.** Nas reuniões ordinárias será obedecida a seguinte ordem dos trabalhos:

I – abertura, conferência de *quorum* e instalação da reunião;

II – leitura, votação e assinatura da ata da reunião anterior;

III – comunicação do Presidente;

IV – comunicação do Corregedor-Geral do Ministério P\xfablico;

V – comunicação do Ouvidor do Ministério P\xfablico;

VI – comunicação do Coordenador-Geral do Ministério P\xfablico;

VII – comunicação dos membros do Colégio de Procuradores de Justiça;

VIII – leitura da ordem-do-dia;

IX – pedido de inclusão de matéria nova na ordem-do-dia;

X – inversão da ordem da pauta a critério do Presidente;

XI – discussão e votação das matérias constantes da ordem-do-dia;

XII – encerramento da reunião.

### **Seção III Da Abertura, Conferência de *Quorum* e Instalação da Reunião**

**Art. 45.** A abertura, conferência de *quorum* e instalação da reunião competirá ao Presidente.

**§ 1º.** Não havendo quorum, aguardar-se-á durante 20 (vinte) minutos.

**§ 2º.** Após o decurso do prazo definido no § 1º, persistindo a falta de *quorum*, ficará prejudicada a reunião e adiada a sua realização para a próxima, colhendo o Secretário a assinatura dos presentes no livro próprio.

**§ 3º.** Havendo número, e ausente o Presidente, a reunião ordinária será presidida pelo Subprocurador-Geral de Justiça e, na sua ausência, pelo Corregedor-Geral e o Procurador de Justiça mais antigo, sucessivamente;

**§ 4º.** Havendo número, o Presidente, declarará instalada a reunião.

**§ 5º.** Ausente o Secretário, o Presidente designará o Secretário Substituto ou *ad hoc*.

### **Seção IV Da Leitura e Assinatura da Ata da Reunião Anterior**

**Art. 46.** A leitura da ata da reunião anterior competirá ao Secretário.

**§ 1º.** A leitura poderá ser dispensada se todos os membros do Colégio de Procuradores de Justiça assim o deliberarem;

**§ 2º.** Todos os incidentes relativos à ata da reunião anterior serão discutidos e votados antes do prosseguimento da reunião;

**§ 3º.** O membro do Colégio de Procuradores de Justiça que não estiver de acordo com os termos da ata da reunião anterior proporá questão ao Presidente;

**§ 4º.** A discussão e votação da matéria observará o disposto nas Seções IX e X deste capítulo;

**§ 5º.** Aprovada a questão de ordem levantada contra a ata da reunião anterior, lavrar-se-á, em seguida, termo de retificação na própria reunião;

**§ 6º.** Aprovada a ata, com ou sem retificações, será ela assinada pelo Presidente, pelo Secretário e pelos Presidentes das Comissões Permanentes, bem como pelos membros do Colégio de Procuradores de Justiça que houverem comparecido à reunião a que se refere e que desejarem assiná-la.

## **Seção V Das Comunicações do Presidente**

**Art. 47.** As comunicações do Presidente versarão sobre matéria de interesse do Colégio de Procuradores de Justiça.

## **Seção VI Das Comunicações do Corregedor-Geral do Ministério P\xfablico, do Ouvidor do Minist\xcdrio P\xfablico, do Coordenador-Geral do Ministério P\xfablico e dos Procuradores de Justi\xcda**

**Art. 48.** O Corregedor-Geral do Ministério P\xfablico comunicará ao Colégio de Procuradores de Justiça as correições e inspeções realizadas na última semana e outros assuntos de interesse da Instituição.

**Art. 49.** O Ouvidor do Ministério P\xfablico fará relatório das atividades da Ouvidoria, o Coordenador-Geral do Ministério P\xfablico, das atividades da Coordenadoria e dos Centros de Apoio Operacional e os Procuradores de Justiça, das atividades das Procuradorias de Justiça.

## **Seção VII Da Leitura da Ordem-do-dia da Reunião**

**Art. 50.** ~~A ordem-do-dia da reunião, que será lida pelo Secretário, conterá todas as matérias que serão objeto de deliberação pelo Colégio de Procuradores de Justiça, observada, salvo o disposto nos artigos 84, 85 e seu parágrafo único, esta sequência:~~

**Art. 50.** A ordem-do-dia da reunião conterá todas as matérias que serão objeto de deliberação pelo Colégio de Procuradores de Justiça, observada, salvo o disposto nos artigos 84, 85 e seus parágrafos, a seguinte sequência:

[Redação dada pela Resolução nº 007/2025 – CPJ](#)

I – parecer e conclusões da Comissão de Assuntos Institucionais;

II – parecer e conclusões da Comissão de Assuntos Administrativos;

III – parecer e conclusões da Comissão Temporária;

IV – proposições que independem de parecer prévio de Comissão.

## Seção VIII Do Pedido de Inclusão de Matéria Nova na Ordem-do-dia

**Art. 51.** Após a leitura da ordem-do-dia, qualquer membro do Colégio de Procuradores de Justiça poderá, em caso de comprovada urgência, solicitar ao colegiado a inclusão de matéria nova, justificando o pedido.

**§ 1º.** Feita a solicitação, o Presidente submeterá o pedido à discussão, concedendo a palavra aos interessados, por 3 (três) minutos.

**§ 2º.** A solicitação, assim que encerrada a discussão, será submetida à deliberação do Colégio de Procuradores de Justiça e, aprovada, por maioria simples, será incluída a matéria na ordem-do-dia, observada a sequência do artigo 50.

## Seção IX Da Discussão das Matérias Constantes da Ordem-do-dia

### Subseção I Da Discussão dos Pareceres e Conclusões das Comissões

**Art. 52.** Após a leitura de cada parecer e conclusões das Comissões Permanentes ou Temporárias, pelos respectivos Presidentes e Coordenadores, o Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça declarará aberto o prazo de 3 (três) minutos para inscrição daqueles que desejarem discutir a matéria.

**§ 1º.** O membro do Colégio de Procuradores de Justiça que divergir das conclusões apresentadas, deverá oferecer as suas próprias conclusões por escrito, no ato da inscrição, salvo se desejar sustentar conclusões que foram vencidas nas Comissões, já constantes do expediente.

**§ 2º.** Também será admitida a inscrição do membro do Colégio de Procuradores de Justiça que, não divergindo das conclusões da Comissão, queira expor fundamentos novos.

**§ 3º.** Cada inscrito usará da palavra por 3 (três) minutos, pela ordem de inscrição.

**§ 4º.** Qualquer membro do Colégio de Procuradores de Justiça poderá ter vistas de qualquer matéria constante da ordem-do-dia, apresentando sua manifestação conclusiva na próxima reunião ordinária, improrrogavelmente.

[Revogado pela Resolução nº 017/2023 – CPJ](#)

~~§ 5º. Se houver mais de um pedido de vista, a Seção de Secretaria e Expediente do Colégio de Procuradores de Justiça providenciará cópia digital da documentação para cada membro que fizer a solicitação, apresentando todos a sua manifestação conclusiva na próxima reunião ordinária, comum e improrrogavelmente.~~

[Revogado pela Resolução nº 017/2023 – CPJ](#)

## Subseção II Da Discussão das Proposições que Independem de Parecer Prévio

**Art. 53.** As proposições que independem de parecer prévio das Comissões Permanentes serão lidas pelo Presidente Colégio de Procuradores de Justiça, aplicando-se no que couber, o disposto na subseção anterior.

## Seção X Da Votação

**Art. 54.** A votação poderá ser simbólica, nominal ou secreta.

**Art. 55.** Adotar-se-á a votação nominal, além dos casos previstos neste Regimento, sempre que houver dúvida quanto ao resultado da votação simbólica ou quando houver requerimento verbal, antes do início da votação, de pelo menos 3 (três) dos presentes.

~~§1º. Na votação nominal os membros do Colégio de Procuradores de Justiça serão chamados pela ordem decrescente de antiguidade da classe.~~

**§1º.** Na votação nominal os membros do Colégio de Procuradores de Justiça serão chamados pela ordem decrescente de antiguidade na classe de Procurador de Justiça.

[Redação dada pela Resolução nº 017/2023 – CPJ](#)

~~§2º. Antes de proclamado o resultado será permitido a reconsideração de voto.~~

**§2º.** Iniciada a fase de votação, qualquer membro do Colégio de Procuradores de Justiça poderá pedir vista da matéria em escrutínio, apresentando sua manifestação conclusiva na próxima reunião ordinária, improrrogavelmente.

[Acrecentado pela Resolução nº 017/2023 – CPJ](#)

**§3º.** O pedido de vista será deferido uma única vez, de forma coletiva e extensiva a todos os Procuradores de Justiça que manifestem interesse, devendo a Seção de Secretaria e Expediente do Colégio de Procuradores de Justiça providenciar a encaminhamento de cópia digital da documentação para cada membro que fizer a solicitação, apresentando todos a sua manifestação conclusiva na próxima reunião ordinária, improrrogavelmente, vedado novo pedido de vista por qualquer membro do Colégio de Procuradores de Justiça.

[Acrecentado pela Resolução nº 017/2023 – CPJ](#)

**§4º.** Em caso de pedido de vista, os membros do Colégio de Procuradores de Justiça poderão antecipar o voto.

[Acrescentado pela Resolução nº 017/2023 – CPJ](#)

**§5º.** Ao reiniciar-se a votação, serão computados os votos já proferidos pelos Procuradores de Justiça, ainda que não compareçam ou hajam deixado o exercício do cargo.

[Acrescentado pela Resolução nº 017/2023 – CPJ](#)

**§6º.** Em se tratando de deliberações do Colégio de Procuradores de Justiça que devam ser tomadas por maioria simples, o *quorum* para a sua aprovação será aferido pelo número de Procuradores de Justiça presentes na Reunião em que se iniciou a votação.

[Acrescentado pela Resolução nº 017/2023 – CPJ](#)

**§7º.** Os votos já proferidos por Procuradores de Justiça aposentados, exonerados ou demitidos não poderão ser modificados pelo Procurador de Justiça sucessor.

[Acrescentado pela Resolução nº 017/2023 – CPJ](#)

**§8º.** Os Procuradores de Justiça presentes na reunião poderão alterar seu voto até a proclamação do resultado, permitido o uso da palavra por 3 (três) minutos para explicar a modificação do voto. (NR)”

[Redação dada pela Resolução nº 017/2023 – CPJ \(antigo §2º com nova redação\)](#)

**Art. 56.** Adotar-se-á, obrigatoriamente, votação secreta nos casos previstos neste Regimento.

**Art. 57.** Os pareceres e conclusões serão postos em votação de acordo com a relação de prejudicialidade existente, a critério do Presidente.

**Parágrafo único.** O disposto neste artigo aplicar-se-á também à votação das proposições que independem de parecer prévio.

**Art. 58.** Após a reunião, o Secretário tomará as providências administrativas necessárias à execução das conclusões e proposições aprovadas.

## Seção XI Do Encerramento da Reunião

**Art. 59.** Após cada votação, o Presidente proclamará o resultado. Votado o último parecer ou a última proposição constante da ordem-do-dia, declarará encerrada a reunião.

## TÍTULO II DAS REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS

### Capítulo I Das Reuniões Extraordinárias Comuns e de sua Convocação

**Art. 60.** As reuniões extraordinárias comuns serão convocadas pelo Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça ou por proposição de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.

**Art. 61.** A convocação extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça por seu Presidente será procedida por ofício, aos membros do Colégio de Procuradores de Justiça.

**§ 1º.** Do ofício constará a ordem-do-dia da reunião;

**§ 2º.** Havendo urgência, a convocação dar-se-á pela forma mais sumária possível, sujeita a ratificação pelo plenário, assim que instalada a reunião convocada, respeitando-se o disposto no § 1º do artigo 40.

**Art. 62.** A proposta de convocação de reunião extraordinária comum feita por, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros do Colégio de Procuradores de Justiça, será formalizada por escrito e dirigida ao seu Presidente, instruída com as matérias que deverão constar da ordem-do-dia da reunião.

**§ 1º.** Ao despachar o pedido e elaborar a ordem-do-dia, estritamente de acordo com o que constar da proposta de convocação, o Presidente tomará as medidas necessárias para que esta se faça nos termos do artigo anterior.

**§ 2º.** A reunião extraordinária comum será designada pelo Presidente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias do recebimento da proposta de convocação.

### Capítulo II Do Procedimento nas Reuniões Extraordinárias Comuns

**Art. 63.** As reuniões extraordinárias comuns realizar-se-ão de acordo com as normas estabelecidas para a realização das reuniões ordinárias, com as seguintes alterações:

I – se a reunião não se instalar por falta de *quorum*, as matérias constantes da ordem-do-dia serão examinadas, obrigatoriamente, na primeira reunião extraordinária comum ou ordinária que se seguir;

II – a leitura, votação e assinatura da ata da reunião extraordinária que se seguir;

III – nas reuniões extraordinárias comuns não serão feitas comunicações, nem mesmo do Presidente, do Corregedor-Geral, do Coordenador-Geral, do Ouvidor do Ministério P\xfablico ou dos membros do Colégio de Procuradores de Justiça;

IV – não será conhecido o pedido de inclusão de matéria nova na ordem-do-dia.

### **Capítulo III Das Reuniões Extraordinárias Especiais e da sua Convocação**

**Art. 64.** A convocação de reuniões extraordinárias especiais competirá ao Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça.

**§ 1º.** A convocação será feita por ofício, aos membros do Colégio de Procuradores de Justiça.

**§ 2º.** Caso o Presidente deixe de fazer a convocação da reunião extraordinária especial na época oportuna, caberá ao Secretário realizá-la, nos termos do parágrafo anterior.

### **Capítulo IV Da Reunião Extraordinária Especial para Eleição do Corregedor-Geral, do Ouvidor do Ministério P\xfablico, do Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça e dos Membros das Comissões Permanentes**

**Art. 65.** ~~A reunião extraordinária especial para eleição do Corregedor-Geral, do Ouvidor do Ministério P\xfablico, do Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça e das Comissões Permanentes será secreta e realizada na primeira quinzena de dezembro dos anos pares.~~

**Art. 65.** A reunião extraordinária especial para eleição do Corregedor-Geral, do Ouvidor do Ministério P\xfablico, do Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça e das Comissões Permanentes será realizada na primeira quinzena de dezembro dos anos pares.

[Redação dada pela Resolução nº 007/2025 – CPJ](#)

**Parágrafo único.** Vagando o cargo, durante o mandato, a reunião realizar-se-á dentro de 5 (cinco) dias úteis da vacância.

**Art. 66.** A eleição será secreta, observando-se as seguintes normas:

I – serão eleitores os membros do Colégio de Procuradores de Justiça;

II – poderão votar e ser votados todos os Procuradores de Justiça, salvo aquele que se encontre afastado da carreira ou que tenha se afastado da carreira por prazo de 120 (cento e vinte) dias no biênio anterior, excluído o motivo de saúde;

III – adotar-se-á cédula que assegure o sigilo do voto e contenha o nome de todos os Procuradores de Justiça elegíveis, pela ordem de antiguidade;

IV – a eleição realizar-se-á numa única reunião, das 10:00 às 12:00 horas;

V – os votos serão recolhidos à urna, sob a supervisão do Secretário;

VI – cada eleitor assinalará com um “x” na cédula o nome do votado, firmando o livro de presença, ao depositá-la na urna;

VII – havendo impugnação à qualidade de eleitor, o voto será colhido em separado, encerrando-se a cédula em sobrencarta com as razões deduzidas e a defesa que a respeito for porventura apresentada, para decisão, pelo Presidente, no início da apuração;

VIII – findo o período de votação, proceder-se-á *incontinenti* à apuração pelo Presidente, servindo de escrutinadores o Procurador de Justiça mais antigo e o mais novo da classe, dentre os presentes;

IX – a ata circunstanciada da eleição será lavrada e publicada no Portal da Transparência e no Diário Eletrônico do Ministério Público.

**§ 1º.** Aplicam-se à eleição do Corregedor-Geral e do Ouvidor do Ministério Público as mesmas inelegibilidades previstas para o Procurador-Geral de Justiça.

**§ 2º.** Será eleito Subcorregedor-Geral o segundo Procurador de Justiça mais votado para o cargo e, inexistindo candidato vencido, o Procurador de Justiça mais antigo.

**§ 3º.** Será suplente do Ouvidor do Ministério Público e do Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, o segundo Procurador de Justiça mais votado e assim sucessivamente, observada, em caso de empate, a precedência conferida pela antiguidade na carreira do Ministério Público.

**§ 4º.** As eleições do Corregedor-Geral, do Ouvidor do Ministério Público, do Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça e das Comissões Permanentes serão objeto de regulamentação pelo Colégio de Procuradores de Justiça, mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, a ser apresentada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias contados da data das eleições.

## **Capítulo V**

### **Da Reunião Extraordinária Especial para Aprovação**

### **Prévia da Indicação do Coordenador-Geral do Ministério P?blico**

**Art. 67.** A aprovação prévia da indicação do Coordenador-Geral do Ministério P?blico será procedida em votação secreta e em cédula única.

**Parágrafo único.** Aplica-se, no que for cabível, o disposto nos incisos do artigo 66 e dos artigos 68 a 75, para a aprovação prévia e destituição do Coordenador-Geral do Ministério P?blico.

## Capítulo VI

### Da Reunião Extraordinária Especial para Destituição do Mandato do Procurador-Geral de Justiça, do Corregedor-Geral e do Ouvidor do Ministério Público

**Art. 68.** A proposta de destituição do mandato do Procurador-Geral de Justiça, do Corregedor-Geral e do Ouvidor do Ministério Público, com fundamento de abuso de poder, deverá ser feita por escrito e motivadamente, subscrita pela maioria absoluta dos membros do Colégio de Procuradores de Justiça.

**Parágrafo único.** As provas documentais instruirão o pedido e os depoimentos eventualmente requeridos serão prestados na reunião.

**Art. 69.** Recebida e protocolada a proposta pelo Secretário, este, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, dela cientificará pessoalmente o Procurador-Geral de Justiça, o Corregedor-Geral ou o Ouvidor do Ministério Público, conforme o caso, entregando-lhe uma cópia e obtendo o seu ciente.

**Art. 70.** No prazo de 05 (cinco) dias, contados da ciência da proposta de destituição do mandato, o Procurador-Geral Justiça, o Corregedor-Geral ou o Ouvidor do Ministério Público, conforme o caso, poderá oferecer defesa escrita, pessoalmente ou por procurador legalmente constituído, juntando desde logo, as provas documentais e requerendo a produção de prova testemunhal.

**Art. 71.** Recebida a defesa, ou findo o prazo do artigo anterior sem a sua apresentação, o Secretário designará reunião especial, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, providenciando a intimação das pessoas que deverão prestar depoimento.

**Art. 72.** Instalada a reunião, o seu Presidente, a que se refere o art. 2º, § 3º deste Regimento, procederá a leitura do expediente.

**Art. 73.** Os depoimentos requeridos serão colhidos e reduzidos a termo, em seguida, primeiro os da proposta de destituição e depois os da defesa.

**Art. 74.** Encerrada a produção de prova, o Presidente da reunião extraordinária especial submeterá a matéria à discussão, concedendo a palavra a quem dela quiser fazer uso, pelo prazo de 3 (três) minutos.

**Art. 75.** Terminada a discussão o Procurador-Geral de Justiça, o Corregedor-Geral ou o Ouvidor do Ministério Público, conforme o caso, poderá fazer sustentação oral em 30 (trinta) minutos, finda a qual o Presidente procederá a votação nominal.

**Parágrafo único.** Finda a votação, será proclamado o resultado, devendo o extrato da ata respectiva ser publicada no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público de Sergipe até 48 (quarenta e oito) horas depois de homologado o resultado.

**Art. 76.** Aprovada a proposta de destituição do mandato do Procurador-Geral de Justiça, o fato será comunicado, por ofício, no mesmo dia, à Assembleia Legislativa.

## Capítulo VII

### Da Reunião Extraordinária Especial para Rever Ato do Procurador-Geral de Justiça que Tenha Determinado Afastamento de Membro do Ministério P?blico de Procedimento Em que Oficiava ou Devia Oficiar

**Art. 77.** Qualquer membro do Colégio de Procuradores de Justiça poderá encaminhar ao seu Presidente, por escrito, pedido de designação de reunião extraordinária especial e secreta para revisão de ato de afastamento de membro do Ministério P?blico de procedimento em que oficiava ou devia oficiar, sem a prévia concordância deste.

**Art. 77.** Qualquer membro do Colégio de Procuradores de Justiça poderá encaminhar ao seu Presidente, por escrito, pedido de designação de reunião extraordinária especial para revisão de ato de afastamento de membro do Ministério P?blico de procedimento em que oficiava ou devia oficiar, sem a prévia concordância deste.

[Redação dada pela Resolução nº 007/2025 – CPJ](#)

**Parágrafo único.** A reunião será realizada dentro de 10 (dez) dias do recebimento da solicitação, convocando-se o membro do Ministério P?blico afastado.

**Art. 78.** Instalada a reunião, o Presidente fará a leitura do pedido de designação de reunião, dando a palavra ao seu autor, por 15 (quinze) minutos.

**Art. 79.** Em seguida, o Procurador-Geral de Justiça poderá justificar as razões do ato que determinou o afastamento, submetendo à deliberação do Colégio de Procuradores de Justiça a conveniência do depoimento do membro do Ministério P?blico afastado.

**Parágrafo único.** A deliberação será tomada por votação secreta, reduzindo-se a termo o depoimento prestado e facultando-se aos presentes fazer perguntas.

**Art. 80.** Terminado o depoimento, ou sem ele, a matéria será submetida à discussão, concedendo-se a palavra a quem dela quiser fazer uso, por 3 (três) minutos.

**Art. 81.** Encerrada a discussão, o Presidente procederá à votação, que será secreta.

**Art. 82.** Se o Colégio de Procuradores de Justiça revogar o ato de afastamento do membro do Ministério P?blico, este reassumirá suas funções imediatamente.

**Parágrafo único.** A decisão do Colégio de Procuradores de Justiça será comunicada, por ofício, à autoridade competente.

## Cap\xedtulo VIII

### Da Reuni\xe3o Extraordin\u00e1ria Especial para Concess\u00e3o do Colar do M\u00e9rito “Tobias Barreto”

**Art. 83.** Na reuni\u00e3o para apreciar a concess\u00e3o do Colar do M\u00e9rito “Tobias Barreto” observar-se-\u00e1 o disposto no Ato n\u00b0 4/89, do Col\u00f3gio de Procuradores de Justi\u00e7a e seu Regimento.

## Cap\xedtulo IX

### Das Reuni\u00e3es Extraordin\u00e1rias Solenes e da sua Convoca\u00e7\u00e3o

**Art. 84.** As reuni\u00e3es solenes ser\u00e3o convocadas pelo Presidente, no termos do artigo 61.

**Par\u00e1grafo \u00f3nico.** Se o Presidente deixar de convocar reuni\u00e3o solene para a posse do Procurador-Geral de Justi\u00e7a, para a posse dos membros do Conselho Superior do Minist\u00e9rio P\u00fablico, do Corregedor-Geral do Minist\u00e9rio P\u00fablico, do Ouvidor do Minist\u00e9rio P\u00fablico, do Coordenador-Geral e para a posse dos Promotores de Justi\u00e7a, a convoca\u00e7\u00e3o ser\u00e1 feita pelo Secret\u00e1rio, e na sua falta, pelo Procurador de Justi\u00e7a mais antigo.

**Art. 85.** As reuni\u00e3es solenes realizar-se-\u00e3o de acordo com as instru\u00e7\u00e3es baixadas pelo Presidente.

**Art. 85.** As reuni\u00e3es solenes realizar-se-\u00e3o de acordo com as instru\u00e7\u00e3es baixadas:

[Reda\u00e7\u00e3o dada pela Resolu\u00e7\u00e3o n\u00b0 007/2025 – CPJ](#)

a) pelo Presidente, na hip\u00f3tese do caput do art. 84; (AC)  
[Acrescentado pela Resolu\u00e7\u00e3o n\u00b0 007/2025 – CPJ](#)

b) pelo Secret\u00e1rio ou pelo Procurador de Justi\u00e7a mais antigo, de acordo com as hip\u00f3teses sucessivas do par\u00e1grafo \u00f3nico do art. 84. (AC)  
[Acrescentado pela Resolu\u00e7\u00e3o n\u00b0 007/2025 – CPJ](#)

**Par\u00e1grafo \u00f3nico.** Se a convoca\u00e7\u00e3o for feita pelo Secret\u00e1rio ou pelo Procurador de Justi\u00e7a mais antigo, este baixar\u00e1 as instru\u00e7\u00e3es a que se refere este artigo.

**\u00c2\\$1º** Nas reuni\u00e3es solenes, o uso da palavra, para proferir sauda\u00e7\u00e3o ou discurso, observar\u00e1 as seguintes diretrizes:

[Acrescentado pela Resolu\u00e7\u00e3o n\u00b0 007/2025 – CPJ](#)

I – na reuni\u00e3o solene de posse do Procurador-Geral de Justi\u00e7a: o representante da Associa\u00e7\u00e3o de Membro Estadual, pelo prazo m\u00e1ximo de 10 (dez) minutos; o Procurador-Geral de Justi\u00e7a que estiver deixando o cargo, quando for o caso, ou um Procurador de Justi\u00e7a representando o Colegiado, pelo prazo m\u00e1ximo de 20 (vinte) minutos; e o novo Procurador-Geral de Justi\u00e7a, pelo prazo m\u00e1ximo de 20 (vinte) minutos;

[Acrescentado pela Resolu\u00e7\u00e3o n\u00b0 007/2025 – CPJ](#)

II – na reunião solene de posse do Corregedor-Geral do Ministério P?blico, do Coordenador-Geral do Ministério P?blico, do Ouvidor do Ministério P?blico, do Secretário do CPJ, e dos Membros das Comissões Permanentes: o Corregedor-Geral, o Coordenador-Geral e o Ouvidor, pelo prazo máximo de 10 (dez) minutos cada;

[Acrescentado pela Resolução nº 007/2025 – CPJ](#)

III – na reunião solene de posse dos membros do Conselho Superior do Ministério P?blico: um representante do Colégio de Procuradores de Justiça, pelo prazo máximo de 10 (dez) minutos; e um Procurador de Justiça representando os empossandos, pelo prazo máximo de 10 (dez) minutos;

[Acrescentado pela Resolução nº 007/2025 – CPJ](#)

IV – na reunião solene de posse de Procuradores de Justiça: um representante da Associação Sergipana do Ministério P?blico, pelo prazo máximo de 10 (dez) minutos, um representante do Colégio de Procuradores de Justiça, pelo prazo máximo de 10 (dez) minutos; e o Procurador de Justiça empossando, pelo prazo máximo de 15 (quinze) minutos;

[Acrescentado pela Resolução nº 007/2025 – CPJ](#)

V – na reunião solene de posse de Promotores de Justiça: um representante da Associação Sergipana do Ministério P?blico, pelo prazo máximo de 10 (dez) minutos; um representante do Colégio de Procuradores de Justiça, pelo prazo máximo de 10 (dez) minutos; e um Promotor de Justiça representando os empossandos, pelo prazo máximo de 15 (quinze) minutos;

[Acrescentado pela Resolução nº 007/2025 – CPJ](#)

VI – na Reunião Extraordinária Solene de que trata a Resolução nº 006/2024 – CPJ: um representante da Associação Sergipana do Ministério P?blico, pelo prazo máximo de 10 (dez) minutos; um representante do Colégio de Procuradores de Justiça, pelo prazo máximo de 10 (dez) minutos; e um representante dos homenageados, pelo prazo máximo de 10 (dez) minutos.

[Acrescentado pela Resolução nº 007/2025 – CPJ](#)

**§2º** A nominata, a que se reportará o ceremonial, se limitará aos Chefes de Poderes e Instituições.

[Acrescentado pela Resolução nº 007/2025 – CPJ](#)

## LIVRO V DOS RECURSOS PARA O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

### TÍTULO I DO RECURSO DE DECISÃO CONDENATÓRIA EM PROCESSOS DISCIPLINARES

#### Capítulo I Da Interposição e Processamento do Recurso

**Art. 86.** O recurso contra a decisão condenatória em processos disciplinares terá efeito suspensivo e será interposto pelo indiciado ou seu procurador

legalmente constituído, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação da decisão, por petição dirigida ao Presidente e contendo as razões do recorrente.

**Parágrafo único.** No caso de falecimento do indiciado o recurso poderá ser interposto pelo seu cônjuge ou pelos descendentes ou ascendentes.

**Art. 87.** Recebida a petição, o Presidente determinará sua juntada ao expediente administrativo de que consta a decisão recorrida.

**Art. 88.** O Presidente indeferirá liminarmente o recurso, se intempestivo, intimando-se o interessado, na forma prevista no artigo 91, § 3º.

**§ 1º.** Da decisão de indeferimento caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para ao Colégio de Procuradores de Justiça.

**§ 2º.** O Presidente fica impedido de participar do processo e julgamento do recurso, que trata o parágrafo anterior.

**Art. 89.** Deferido o processamento do recurso, o Presidente convocará o Secretário e 3 (três) membros do Colégio de Procuradores de Justiça para presenciar o sorteio do relator e convocará reunião extraordinária no prazo de 15 (quinze) dias úteis, salvo se nessa data houver de se realizar reunião ordinária, caso em que incluirá a matéria como primeiro item da ordem-do-dia.

**§ 1º.** Para sorteio do relator, o Presidente providenciará urna na qual serão recolhidos envelopes com os nomes dos membros do Colégio de Procuradores de Justiça.

**§ 2º.** Não poderá ser relator o Procurador de Justiça que houver participado de qualquer fase do processo administrativo disciplinar que resultou na decisão recorrida.

**§ 3º.** Fica impedido de votar o Procurador de Justiça que tenha proferido decisão no processo administrativo disciplinar, objeto do recurso.

**Art. 90.** Dentro de 48 (quarenta e oito) horas seguintes ao sorteio, o procedimento administrativo será entregue ao relator, que apresentará seu relatório no prazo de 10 (dez) dias úteis.

## Capítulo II Do Julgamento do Recurso

**Art. 91.** Na reunião de julgamento, o relator sorteado fará a leitura de seu relatório, com minuciosa exposição dos fundamentos do recurso e exporá seu parecer e suas conclusões.

**§ 1º.** Ato contínuo, o Presidente declarará aberto o prazo de 3 (três) minutos para inscrição dos que desejarem discutir a matéria, procedendo na forma prevista nos §§ 1º a 3º do artigo 52.

**§ 2º.** A votação observará o disposto na Seção X, Capítulo III, Título I, Livro IV e será nominal.

**§ 3º.** O Secretário diligenciará para que o recorrente seja intimado pessoalmente da decisão, salvo se for revel ou furtar-se à intimação, casos em que será feita por publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, por 3 (três) vezes.

**§ 4º.** O Colégio de Procuradores de Justiça não poderá agravar a pena imposta ao recorrente.

## **TÍTULO II**

### **DO RECURSO DE DECISÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM PROCEDIMENTO DE REMOÇÃO COMPULSÓRIA, DISPONIBILIDADE E RECURSO DE PROMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE E DE VITALICIAMENTO OU NÃO DE MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

#### **Capítulo Único**

##### **Da Interposição, Processamento e Julgamento do Recurso**

**Art. 92.** A interposição, processamento e julgamento do recurso contra decisão do Conselho Superior do Ministério Público em procedimento de remoção compulsória, disponibilidade, recurso de promoção pelo critério de antiguidade e de vitaliciamento ou não de membro do Ministério Público, observará o disposto no Título I deste Livro.

**Parágrafo único.** Se o julgamento do recurso houver de se realizar em reunião ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça, a matéria será incluída na ordem-do-dia, em caráter preferencial.

## **TÍTULO III**

### **DAS REVISÕES DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS**

#### **Capítulo I**

##### **Da Designação de Reunião para Julgamento**

**Art. 93.** O Presidente, ao receber o relatório da Comissão Revisora, designará reunião extraordinária, dentro de 10 (dez) dias, para exame do pedido de revisão, salvo se nesse período houver de se realizar reunião ordinária, caso em que se incluirá a matéria na ordem-do-dia, em caráter preferencial.

#### **Capítulo II**

##### **Do Exame e Julgamento do Pedido de Revisão**

**Art. 94.** O exame e julgamento do pedido de revisão observará o disposto no artigo 91.

## TÍTULO IV DAS RECLAMAÇÕES CONTRA O QUADRO DE ANTIGUIDADE

### Capítulo I Do Processo da Reclamação

**Art. 95.** A reclamação contra a própria posição na lista de antiguidade aprovada pelo Conselho Superior do Ministério P\xfablico será feita por petição dirigida ao Presidente, devidamente instruída, dentro de 10 (dez) dias de sua publicação.

**Parágrafo único.** O Presidente reunirá, em um único expediente, todas as reclamações apresentadas, encaminhando-as ao Secretário, que o destinará ao Presidente da Comissão de Assuntos Administrativos.

### Capítulo II Do Julgamento das Reclamações

**Art. 96.** Assim que receber as conclusões da Comissão de Assuntos Administrativos, o Presidente incluirá a matéria na ordem-do-dia da primeira reunião ordinária.

**Art. 97.** O julgamento observará o disposto no art. 91, dando-se ciência da decisão ao reclamante, por ofício ou por publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério P\xfablico de Sergipe.

**Parágrafo único.** Ao decidir, o Colégio de Procuradores de Justiça poderá realizar os reajustamentos necessários no quadro de antiguidade, ainda que desfavoreça o reclamante, limitando-se, todavia, ao exame dos casos constantes das reclamações feitas.

**Art. 98.** As Resoluções do Colégio de Procuradores de Justiça serão assinadas pelo Presidente e demais membros, que as aprovaram.

## TÍTULO V DO RECURSO DA RECUSA DE PROPOSTA DE TRANSAÇÃO ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR

**Art. 99.** Havendo recusa na apresentação de proposta de transação administrativa disciplinar, caberá recurso ao Colégio de Procuradores de Justiça, com efeito suspensivo, e será interposto pelo indiciado ou seu procurador legalmente constituído, no prazo de 05(cinco) dias, contados da intimação da decisão, por petição dirigida ao Presidente, contendo as razões do recorrente.

**§ 1º** Aplica-se ao processamento deste Recurso o disposto no Título I do Livro V deste Regimento, no que couber, decidindo o Colégio de Procuradores de Justiça por maioria simples.

**§ 2º.** Não será relator o Procurador de Justiça que houver proferido decisão de recusa da transação administrativa disciplinar, objeto do recurso, podendo, entretanto, votar.

**§ 3º.** Julgado procedente o recurso, caberá ao relator ou ao autor do voto vencedor apresentar a proposta e estabelecer as condições do benefício, após deliberadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça.

## LIVRO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 100.** As associações de classe de membros e servidores do Ministério P\xfablico poderão se manifestar perante o Colégio de Procuradores de Justiça, na defesa de temas de interesse associativo específico de natureza coletiva, devendo, para tanto, realizar o acompanhamento das publicações no Diário Oficial Eletrônico do Ministério P\xfablico ou no Portal da Transparência do Ministério P\xfablico.

**§ 1º.** As associações referidas no *caput* deste artigo deverão apresentar, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da realização da reunião do Colégio de Procuradores de Justiça, pedido motivado para se manifestar perante o colegiado, devendo indicar o item da pauta da reunião acerca do qual pretende falar.

**§ 2º.** ~~As associações de classe de membros e servidores do Ministério P\xfablico disporão de 10 (dez) minutos, prorrogáveis a critério do Colegiado, para sua manifestação oral perante o Colégio de Procuradores de Justiça.~~

**§ 2º.** As associações de classe de membros e servidores do Ministério P\xfablico disporão de 10 (dez) minutos, prorrogáveis a critério do Presidente do Colegiado, para sua manifestação oral perante o Colégio de Procuradores de Justiça.

[Redação dada pela Resolução nº 007/2025 – CPJ](#)

**§ 3º.** O representante das associações de classe de membros e servidores do Ministério P\xfablico, que tiver deferido o direito a voz em reunião, falará da tribuna, sendo vedado tomar assento no lugar reservado à Procurador de Justiça.

**Art. 101.** As atuais Comissões Permanentes constituídas pelo Colégio de Procuradores de Justiça continuarão desempenhando suas atribuições até a data da eleição de seus novos integrantes.

**Art. 102.** Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 103.** Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente as Resoluções nºs 008/2007 – CPJ e 023/2010 – CPJ.